

O DEVER DE SONHAR EM GEOGRAFIA: OS GEÓGRAFOS COMO APRENDIZES DO ESPANTO

Francyjonison Custodio do Nascimento¹ 

Destaques:

- O maravilhamento como ponto de partida do conhecimento geográfico.
- O encantamento poético expressa os fenômenos geográficos, são intérpretes do mundo.
- O mundo científico exige aspectos imaginativos de invenção, exploração e curiosidade.
- A imaginação geográfica promove reflexões sobre a realidade atual e propõe mundos futuros.

Resumo: O conhecimento geográfico nasceu unido aos discursos de teor onírico. A imaginação, de fato, encontrou e ainda encontra um lugar especial nas narrativas sobre a Terra e a experiência humana sobre ela. Respondendo a provocação bachelardiana, este artigo propõe uma discussão teórica a respeito do dever de sonhar, da necessidade de imaginar. Para tanto, por meio de uma revisão bibliográfica, discute-se a noção de maravilhamento e as contribuições da imaginação na ciência geográfica, visitando autores ligados à teoria do imaginário bem como geógrafos que abordam a imaginação. Conclui-se que o dever de sonhar Geografia é vital, posto que, rica em possibilidades, a capacidade de imaginar pode ser frutífera em diversos aspectos do fazer geográfico, tais como a escrita, o fim das dicotomias, o diálogo com as artes e as projeções de mundos futuros no planejamento urbano e na gestão ambiental.

Palavras-chave: Geografia; Imaginação; Epistemologia; Maravilhamento; Sonho.

THE DUTY TO DREAM IN GEOGRAPHY: GEOGRAPHERS AS APPRENTICES OF ASTONISHMENT

Abstract: Geographic knowledge was born together with speeches with a dreamlike content. The imagination, in fact, has found and still finds a special place in the narratives about the Earth and the human experience about it. Responding to the Bachelardian provocation, this article proposes a theoretical discussion about the duty to dream, the need to imagine. For this, through a bibliographic review, the notion of wonder and the contributions of imagination in geographic science are discussed, visiting authors linked to the theory of the imaginary as well as geographers who approach the imagination. We conclude that the duty to dream Geography is vital, since, rich in possibilities, the ability to imagine can be fruitful in several aspects of geographic making, such as writing, the end of dichotomies, dialogue with the arts and projections of future worlds in urban planning and environmental management.

Keywords: Geography; Imagination; Epistemology; Wonder; Dream.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. E-mail: jonisoncustodio@hotmail.com

EL DEBER DE SOÑAR EN GEOGRAFÍA: LOS GEÓGRAFOS COMO APRENDICES DEL ASOMBRO

Resumen: El conocimiento geográfico nació junto con los discursos de contenido onírico. La imaginación, de hecho, ha encontrado y encuentra un lugar especial en los relatos sobre la Tierra y la experiencia humana sobre ella. Respondiendo a la provocación bachelardiana, este artículo propone una discusión teórica sobre el deber de soñar, la necesidad de imaginar. Para ello, a través de una revisión bibliográfica, se discute la noción de maravilla y los aportes de la imaginación en la ciencia geográfica, visitando autores vinculados a la teoría de lo imaginario así como geógrafos que abordan la imaginación. Concluimos que el deber de soñar la Geografía es vital, ya que, rica en posibilidades, la capacidad de imaginar puede ser fructífera en varios aspectos del hacer geográfico, como la escritura, el fin de las dicotomías, el diálogo con las artes y las proyecciones de mundos futuros en la planificación urbana y la gestión ambiental. **Palabras clave:** Geografía; Imaginación; Epistemología; Maravilla; Sueño.

INTRODUÇÃO

O título deste artigo evoca a instigante provocação bachelardiana do direito de sonhar. Ele convida, então, a se fazer presente o direito de ser seduzido pelos instantes poéticos, de caminhar em direção à enseada das imagens noturnas, a viver também em alma. A bem da verdade, já há, no seio da reflexão geográfica, essa proposição. Nela, perspectiva-se a busca incessante de um despertar onírico-geográfico, permitindo que as luzes das imagens poéticas iluminem os caminhos do fazer geográfico.

Há, com efeito, a reivindicação do direito de sonhar em Geografia (GRATÃO, 2016). O movimento de pleitear tal direito vem ganhando adeptos ao longo dos últimos anos, pois é cada vez mais comum o entendimento de que o imaginário também é parte constituinte da realidade (MAFFESOLI, 2010; CLAVAL, 2012). De fato, o direito de sonhar em Geografia se revela como pertinente, posto que é sempre a possibilidade de construir uma Geografia envolvida pelo universo potente das imagens e, justamente por isso, de pensar e sonhar uma Geografia do futuro (GRATÃO, 2016).

Também fazemos coro àqueles que, destemidamente, propõem a urgência desse direito, mas desejamos mais do que isso. A nossa proposição, assim, ousa ir além. Para nós, não se trata apenas de reivindicar o direito de sonhar, mas de elucidar o dever de sonhar em Geografia, de enveredar-se pelas geografias dos sonhos, como também sugeriu Dardel (2015). Optamos, portanto, por substituir o direito pelo dever de sonhar.

A simples troca de palavras sugere uma nuance, uma mudança. Essa pequena distinção, entretanto, não é simplória. Ela marca uma diferença substancial. Trata-se de uma nova mirada, de uma nova abordagem. De fato, as palavras não são neutras; elas têm poder e um sentido específico em cada contexto (BOURDIEU, 2008). A opção pelo dever está carregada de um novo sentido. Ela implica, necessariamente, em outros entendimentos – ainda que, umbilicalmente, ligados a proposta anterior. Assim, abraçamos o direito de sonhar em Geografia e propomos um passo a mais: o dever de sonhar, de imaginar.

A imaginação, não obstante suas diversas compreensões, é uma amiga de longa data da Geografia. Ambas estão entrelaçadas. A imaginação circula pelas veias geográficas desde os primórdios da cultura ocidental, com a Geografia ainda não perspectivada a partir da ideia de um corpus científico, quando os aedos gregos declamavam sobre a aventura dos deuses, das potências naturais vivas, sobre suas origens e sobre suas relações com o devir da vida cotidiana, falando, portanto, de como os seres humanos se relacionam com as forças sagradas/naturais ou como se deslocam entre reinos, evidenciando as feições fisiográfica da superfície terrestre (GOMES, 1997). Neste período, pontua Lévy (2006), havia o insurgir de discursos mítico-mágicos, filosóficos, metafóricos e oníricos, que ocuparia um lugar essencial nas obras que se debruçavam sobre a Terra e suas imagens, suas representações. A imaginação, portanto, estaria de mãos dadas com uma abordagem qualitativa do conhecimento geográfico, uma perspectiva da Geografia como ciência dos lugares e das concepções da Terra.

Essa perspectiva, contudo, não está presa ao passado. Atualmente, a imaginação ganha mais revelo dentro de uma perspectiva que compreende e valoriza a experiência e, mais especificamente, a experiência humana sobre a terra como grande preocupação da Geografia (CLAVAL, 2010, 2014). É dentro deste contexto que “teóricos” do imaginário, tais como Gaston Bachelard e Gilbert Durand, passaram a ser interesse dos geógrafos por lembrarem que a maneira como os seres humanos sentem, vivem o espaço – preocupação da Geografia – está marcada pelo imaginário, pelo devaneio, pelos sonhos (CLAVAL, 2012).

Diante desses apontamentos, pretendemos, a partir de uma revisão bibliográfica, fazer uma construção teórica a respeito da necessidade de considerar os aspectos imaginativos nos trabalhos geográficos, passando pelas discussões do imaginário e dos recursos imaginativos no seio da Geografia bem como pela ideia de maravilhamento como condição para o fazer geográfico.

POR UMA GEOGRAFIA DO ESPANTO

A Geografia, argumentava Estrabão, deve ser a tarefa de um filósofo, uma atividade filosófica (SANTOS, 1988); outros, porém, comparam o fazer do geógrafo com o do poeta, do artista que narra os esplendores da Terra (TUAN, 1961). Compreendemos tanto uma perspectiva como outra, pois elas estão relacionadas, conectadas. De fato, tanto para Heidegger como para Aristóteles, ambos – filósofo e poeta – estão intimamente ligados; os dois têm a ver com a admiração, com o espanto, com o maravilhamento (ARISTÓTELES, 1969; SAFRANSKI, 1997). É próprio do saber, da produção do conhecimento o ato de maravilhar-se. O maravilhamento diante do mundo, portanto, é o princípio básico para pensar. Desde os gregos, pontua Relph (1985), há um único postulado na gênese de toda reflexão: *maravilhar-se é preciso*. E o ato de maravilhar-se torna-se necessário, preciso justamente por ser constitutivo do ato de pensar, de existir, de geografiar. É quase que uma exigência: ai de mim se não me maravilhar!

O ser humano, então, é o ser do espanto, do deslumbre, da maravilha. Esta última, seja no alarde ou no silêncio, o atravessa cotidianamente. Todo geógrafo, portanto, é um ser do maravilhar-se e, por coerência, deve-se colocar na interseção supracitada: meio filósofo, meio poeta; ora, homem da razão; outrora, homem da imaginação e, justamente por isso, sempre homem do espanto, do despertar, do maravilhamento (BACHELARD, 2006). E por isso também ser homem integral: pensar, sentir, imaginar – admirar! Escrever racionalmente sobre a poesia da geografia e, ao mesmo tempo, entender poeticamente a ciência. Produzir uma geografia do admirável, do maravilhamento, escrever uma geografia que não nega o caráter onírico da existência. Lançar-se numa geografia que narra o admirável e conta o espanto de pensar, numa geografia que nos dá acesso ao que há de mais fascinante: a

experiência humana na Terra. Tarefa nada fácil, pode-se dizer. Entretanto, é a via possível caso se queira fazer verdadeiramente uma geografia.

Daí a necessidade de mobilizar a admiração na via onírica e na via da razão, a fim de dar conta da complexidade do mundo por meio do deslumbre geográfico. Não se ater somente aos aspectos que podem ser medidos e calculados, apesar de sua importância, pois se perderia uma gama de informações não quantificáveis, que são essenciais (BESSE, 2015).

O olhar do geógrafo, portanto, não pode repousar apenas no previsível e mensurável. Afinal, não se mensura o que há de mais admirável e é – ou deveria ser – a preocupação da Geografia e de todas as ciências: a existência humana. Por isso, os geógrafos são aprendizes do espanto. São capazes do deslumbramento, da imaginação e da admiração (DARDEL, 2015). Abertos ao maravilhamento, sabem-se *ser-no-mundo*, encaram-se como seres geográficos, possuidores de uma consciência terrestre. Vão de encontro, então, à alienação daqueles que se privam da integridade do ser humano, da existência; contra aqueles que não se permitem maravilhar-se. Afinal, como apontou Dardel (2015), a ciência geográfica não perde nada ao confiar suas palavras ao observador que sabe admirar.

É necessário, portanto, aliar a ciência e os aspectos que envolvem a observação e a descrição poética, posto que o encontro inesquecível entre o ser humano e a Terra, a participação geográfica no mundo, é a experiência máxima do maravilhamento, do ser surpreendido pelo encantamento poético que brota da Terra. Friedrich Ratzel, apontado erroneamente como um rígido determinista, compreende o poder desse encantamento. Para o geógrafo alemão, as obras de poetas e artistas reproduzem as impressões da natureza de forma mais imediata, mais intensa e muitas vezes mais profunda (RATZEL, 2010).

Indo nesse mesmo sentido, a intuição dardeliana nos leva a pensar que “a linguagem do geógrafo sem esforço transforma-se na do poeta.” (DARDEL, 2015, p. 3). Aliás, é interessante lembrar que Dardel (2015) intenta dirimir as distâncias entre a linguagem da ciência geográfica e a realidade material, o mundo. Sua tentativa é a de, dentro da própria Geografia, subverter a linguagem científica. A obra de Dardel (2015), sem dúvidas, proporcionou novas

proposições epistemológicas, de conteúdo, inclusive “criando” a noção de geograficidade, mas também propôs uma transformação na comunicação do conhecimento geográfico e do encontro Homem-Terra.

É interessante, a propósito, perceber que Dardel (2015) argumenta em prol dessa subversão citando geógrafos, os autores da Escola Francesa de Geografia e não os inúmeros poetas presentes em sua obra. É bebendo de Vidal de La Blache e de seus alunos, tais como Roger Dion e Albert Demangeon, que Dardel (2015) propõe uma mudança da *forma* dos conhecimentos geográficos. Na perspectiva dardeliana, com efeito, é pela graça do estilo que a compreensão do leitor é muito mais clara:

Linguagem direta, transparente, que fala sem dificuldade à imaginação, bem melhor, sem dúvida, que o discurso objetivo do erudito, porque ela transcreve fielmente ao “texto” traçado sobre o solo. O rigor da ciência não perde em nada ao confiar sua mensagem a um observador que sabe admirar [...] (DARDEL, 2015, p. 3).

Assim, há, na compreensão de Dardel (2015), um ganho em expressividade numa escrita literária, aberta às ressonâncias da admiração do geógrafo diante do mundo e à imaginação do interlocutor. Essa compreensão, contudo, não é exclusiva da geografia francesa. Encontramos, em Friedrich Ratzel (2010), uma exaltação ao poético, seja na própria Geografia ou no ensino de Geografia. Na sua compreensão, como comentado anteriormente, a expressividade do encantamento poético é capaz de expressar a natureza, a Terra. Isto acontece, explica o geógrafo alemão, porque o poético possui a capacidade de provocar a experiência do sublime, que possibilita o desvendar dos sentidos da natureza. Não seria o maravilhamento do sublime em nós? Com efeito, a poesia e os instantes poéticos podem ser intérpretes do mundo, da natureza e provocam um entendimento mais próximo, uma experiência mais vibrante do mundo (RATZEL, 2010).

Assim sendo, pode-se dizer que o devaneio da linguagem direta, da escrita poética e a condição do espanto não prejudicam a compreensão da realidade, mas amplificam as suas possibilidades, posto que são intérpretes do mundo. Desse modo, no pensamento dardeliano, há um universo de significados geográficos que, através da imaginação poética, pode reconectar o

mundo científico com o “mundo humano”. Todo esse movimento proposto por Dardel (2015) só ganha vida, de fato, se o maravilhamento for a força que pulsa no labor do geógrafo.

Maravilhar-se, aliás, está na raiz da Geografia. Edward Relph (1985) chega a advogar que o que entendemos do mundo deriva da maravilha, da admiração pela Terra e suas paisagens. É pela via do maravilhamento que a Geografia encontra suas fontes e seus sentidos de ser. Relph (1985) retoma o *marvelling* heideggeriano para explicar que há um maravilhamento na condição humana, o qual é a raiz da admiração dos seres humanos pela terra com sua miríade de lugares e paisagens. É o espanto, o maravilhamento que propicia uma abertura para as possibilidades intelectuais no fazer geográfico, posto que desperta um momento de atenção diante daquilo que se maravilha. O maravilhamento, então, é um provocador de investigações mais minuciosas, de olhares mais acurados.

Desse modo, Relph (1985) propõe que a curiosidade, manifestada diante do maravilhamento pela Terra, é a responsável pelas explorações, pela busca do conhecimento. Na sua compreensão, a curiosidade é uma forma de conhecimento insatisfeito que sempre levará a outras questões e, assim sendo, é uma característica própria das formas científicas de investigação – opinião compartilhada com Daniels (2011). O que entendemos do mundo, então, deriva da curiosidade que, por sua vez, é fruto do maravilhamento, do espanto perante o mesmo mundo. A capacidade de se maravilhar é uma base imprescindível para o pensar geograficamente. O maravilhamento, portanto, é uma experiência primordial, posto que conduz ao conhecimento geográfico.

Nesta mesma senda, Cosgrove (2008) relembra que o maravilhamento diante do mundo foi motivação para as produções geográficas, de Estrabão e Ptolomeu a Humboldt. Ainda que o geógrafo alemão tenha abraçado inúmeros postulados iluministas, pontua Cosgrove (2008), ele também compartilhava o fascínio pelas formas da natureza de autores de teologia natural, os quais, assim como os estoicos, vislumbravam uma certa ordem na Terra. Daí, inclusive, a opção de *Cosmos* como título do seu livro, a qual aludia, claramente, a compreensão estoica – também assumida pelo pensamento escolástico do medievo – da existência de uma ordem providencial, divina. Falaremos mais de

Humboldt posteriormente; a questão é a acentuação do maravilhoso como ponto de partida do conhecimento geográfico.

É a respeito dessa compreensão sobre o maravilhoso na gênese e produção do conhecimento que Besse (2014) discute ao mencionar que geógrafos e cartógrafos faziam eco ao pensamento do livro dos Salmos: “Ide e contemplai os grandes feitos de Deus, que encheu a Terra de maravilhas” (BESSE, 2014, p. 25). Com efeito, o século XV e, sobretudo, o XVI possuíam cartógrafos, geógrafos e paisagistas que, pela visualidade, tentavam apresentar a Terra como um mundo ordenado/ornado, pleno do maravilhoso. Nesta mesma perspectiva, ao longo dos séculos, explica Cosgrove (2008), as sagradas escrituras foram justificativas para a exploração geográfica e investigação científica, posto que aludiriam às maravilhas da terra cheia de glória, ornada/ordenada pela obra do Criador.

Nesse contexto, então, a terra seria reflexo do agir divino; e o maravilhamento humano diante da criação, o impulso para a investigação científica da natureza como também para a própria exploração geográfica. As reflexões advinham, portanto, de um fascínio pelos fenômenos geográficos, compreendidos dentro de uma ordem (COSGROVE, 2008). Nessa compreensão, os estudos acadêmicos e as explorações com bússolas e mapas seriam frutos do maravilhamento geográfico. Com efeito, pontua Cosgrove (2008), de Santo Agostinho a John Ruskin, esse fascínio, esse espanto mobilizou o pensamento a respeito do espaço geográfico.

Além disso, na perspectiva de Cosgrove (2008), o maravilhamento teria sido o elemento que propiciou o princípio de observação, este tão caro a Geografia. O autor inglês comenta, pois, como o maravilhamento diante da Terra proporcionou à Geografia o epíteto de ciência da “descoberta” (*science of discovery*, no original) e, ao mesmo tempo, forneceu um modelo ao projeto científico baconiano ao promover a observação. De fato, o espírito geográfico, a inquietude geográfica unida a observação é a formulação do DNA do geógrafo, do ser que faz geografias (SAUER, 2000; LA BLACHE, 2001; DARDEL, 2015) – sem cair, obviamente, no engano de pensar que “observar tudo” significa saber tudo (RAFFESTIN, 1983). Assim sendo, para Cosgrove (2008), o espanto diante do mundo, do *cosmos* e suas conseqüentes explorações e observações teriam

sido responsáveis pelo nascer de um projeto científico que compreende uma observação criteriosa, acurada que, diante do instável e contingente na natureza, aprenderia a buscar uma regularidade, um conjunto de teorias e leis – posto que estão dentro de uma ordem natural (SILVA, 2015).

Se Cosgrove (2008) aborda o fascínio pelo *cosmos*, pela ordem do mundo conhecido, Wright (2014), por sua vez, comenta sobre o espanto, o fascínio diante do geograficamente desconhecido, das terras fora dos limites geográficos dos seres humanos. Na concepção deste último, o maravilhamento pelas *terrae incognitae* foi promotor de curiosidades e consequentes explorações humanas pelo espaço geográfico. Para este autor americano, o atrativo pelo desconhecido, o maravilhamento pelo além-fronteiras foi propulsor de descobertas de teor espacial, seja no campo científico ou na vida pessoal de cada um que experimenta o desbravar por terras desconhecidas.

Essa consciência de fascínio perante *a terra incognita*, argumenta Wright (2014), se enraizou na nossa sociedade; uma consciência de atração magnética para o geograficamente desconhecido é própria de nossa sociedade e é vital em nos fazer e nos manter geógrafos. É a resposta aos estímulos do desconhecido, o experienciar a admiração, o maravilhamento na contemplação das coisas para compreendê-las que faz do geógrafo verdadeiramente geógrafo. De fato, o maravilhamento traduz “os impulsos mais íntimos que nos fazem ter satisfação nos estudos geográficos” (WRIGHT, 2014, p.5). É justamente por isso que Wright (2014) convida os geógrafos a serem abertos a admiração, ao maravilhamento e a curiosidade.

Não obstante os diversos modos de abordar o maravilhamento, não há dúvidas de que este princípio continua sendo vital para as interpretações geográficas da realidade. Diante disso, é interessante indagar-nos sinceramente sobre o papel do maravilhamento no nosso fazer geográfico. Nós deixamo-nos ser surpreendidos, ser maravilhados ou perspectivamos a Terra como um objeto inerte? Permitimo-nos, vislumbrados pelo espanto, sermos impactos pelas paisagens e pelos lugares ou os reificamos, os *coisificamos*? Ou, quando optamos por interpretar manifestações artísticas e/ou culturais, o fascínio também nos mobiliza ou tomamos tais manifestações com olhares despersonalizados? O *marvelling* tem lugar em nossas pesquisas, em nossas

interpretações geográficas? A capacidade de se maravilhar ainda reside em nós, geógrafos?

É necessário despertar o maravilhamento, o *marvelling* na Geografia (RELPH, 1985). É preciso buscar esse caráter originário, original da Geografia – original tanto por seu caráter inicial como também por ser sempre “novo”. De fato, para Relph (1985), retornar ao maravilhamento, ao espanto frente à Terra joga uma luz de vitalidade na ciência geográfica e, de certa forma, recorda-lhe o seu significado. Nesse sentido, o geógrafo que, sob essa luz, se dispõe a reconhecer a potencialidade do maravilhamento encontra nessa própria luz um caminho para a compreensão da experiência humana sobre a terra, preocupação da Geografia (CLAVAL, 2010).

O maravilhamento geográfico, com efeito, nos incita a percorrer o mundo, a continuar nossas explorações das expressões geográficas, posto que não é possível viver passivamente o maravilhamento (BACHELARD, 2006). É preciso perseguir esse caminho que nos leva a uma geografia de sonhos; e compreender profundamente que seus caminhos são as trilhas do imaginário (DARDEL, 2015). Abraçar a busca pelo horizonte de sonhos e escritos geográficos é feita pela via da imaginação. A imaginação sugere rotas para os geógrafos seguirem (WRIGHT, 2014). Somente ela põe o geógrafo em estado de alma nascente, repleta de vivacidade. É necessário, então, continuar abrindo espaço para a já manifesta era de imaginação livre (BACHELARD, 2006). Vamos a ela.

IMAGINAÇÃO: MAIS QUE UM DIREITO, UM DEVER!

Imaginação é um termo polissêmico. Foi usado sob diversas perspectivas ao longo da história do pensamento geográfico e, com mais ênfase, do século XX até os dias atuais. A imaginação, justamente por ser polissêmica, é aberta a uma pluralidade epistêmica. Com efeito, a título de exemplificação, ela é abordada na Produção do espaço, na Geografia da Percepção, na Geografia Urbana, na Geografia Humanista, na Geopolítica, no diálogo com as linguagens artísticas, nas Geografias não representacionais, na Geografia da Religião, na Geografia Histórica, na Cartografia, nas Geografias emocionais e tantas outras abordagens da ciência geográfica (HARVEY, 1980; LOWENTHAL, 1982; GREGORY, 1994;

SOJA, 2000; SAID, 2007; MASSEY, 2008; WYLIE, 2010; TUAN, 2012; COSTA, 2012; HAWKINS, 2013). Na realidade, a imaginação se comunica diretamente com a natureza interdisciplinar da Geografia, reconfigurada como uma ciência social e afeita a intercâmbios fronteiriços, abrangendo, então, as linguagens artísticas, os variados discursos sobre o espaço geográfico (as imaginações geográficas) e até mesmo novas tecnologias e novas mídias. Sua presença é diversa na Geografia não só pelas temáticas abordadas, explicam Raffestin (1983) e Daniels (2011), mas também porque pode ser acionada em múltiplas direções: temas, problemáticas, fenômenos estudados, metodologias, fontes de informação ou até mesmo tudo isso em conjunto.

Em que pese as diversas formas de abordar a imaginação, é vital compreendê-la como parte do “mecanismo” de reflexão e não algo meramente inconsciente ou alienante, como se o ato de imaginar fosse, necessariamente, cair em ilusões, em erros. Nesse sentido, Gaston Bachelard, filósofo do sonho e da ciência, nos relembra que a imaginação quer sempre sonhar e compreender ao mesmo tempo, sonhar para melhor compreender, compreender para melhor sonhar (BACHELARD, 2003). No campo geográfico, pontua Raffestin (1983), trata-se não de uma fuga de realidade, mas de uma *outra* maneira de ver e compreender o mundo.

É nesta perspectiva que Wright (2014) argumenta sobre a possibilidade dos recursos imaginativos munir os geógrafos e suas exposições de *verdades*. Tais recursos não são ilusões e tampouco irracionalidades. A imaginação, as “fantasias” e as criações poéticas, portanto, não podem ser compreendidas como processos que negam a realidade geográfica, que excluem a capacidade de raciocinar, pensar o espaço. De certa maneira, Wright (2014) reafirma o que já foi dito por Durand (1997) e Bachelard (2006): o racional e a criação poética não são necessariamente excludentes. É possível que o onírico conviva com o racional, posto que o ser humano é um ser “uni-dual”, aquele que, ao mesmo tempo, cria através da via intelectual e da via onírica – respectivamente, o *animus* e a *anima*, os construtos racionais e a imaginação criadora (BACHELARD, 2006). Do mesmo modo, os mais diversos pensamentos filosóficos, científicos e políticos, isto é, as interpretações de toda ordem, ainda que gestadas no domínio da razão, também são formulações do imaginário

(DURAND, 1997). Para Wright (2014), de fato, um uso legítimo da imaginação pode colaborar demasiadamente para os estudos geográficos.

É justamente por isso que Wright (2014) propõe repensar o lugar da imaginação na Geografia. No seu entendimento, havia uma forte desconfiança para com o uso dos recursos imaginativos por parte dos geógrafos de seu tempo. De fato, confirma Derek Gregory (1994), na Geografia dos séculos XIX e XX, alguns conhecimentos são tipicamente privilegiados, enquanto outros são marginalizados ou até mesmo totalmente ignorados; entre estes últimos, a imaginação. Essa desconfiança em relação à imaginação, pontua Wright (2014), era prejudicial ao conhecimento geográfico, posto que cerceava as potencialidades e os impulsos artístico-poéticos dos geógrafos, tornando-os prosaicos, engessados e encrustados em tudo no domínio da ciência geográfica (WRIGHT, 2014). A ciência geográfica, pontuava o autor, necessitava da imaginação; ela é “totalmente legítima para enriquecer e adicionar matizes e vivacidade ao estilo de uma exposição geográfica” (WRIGHT, 2014, p. 11). Com efeito, na sua perspectiva, era necessário “valorizar a imaginação e a subjetividade como qualidades fundamentais para um bom geógrafo, e para uma ciência mais clara, viva, condizente com a realidade da vida.” (WRIGHT, 2014, p. 4).

No entendimento de Wright (2014), portanto, a Geografia, como era comum na sua época, não podia negligenciar a imaginação e deixá-la, apenas, aos cuidados dos artistas, poetas e filósofos. Wright (2014) invoca a imaginação e a abertura a esta para os trabalhos geográficos como um remédio contra as pesquisas meramente objetivistas, utilitárias. Os recursos imaginativos, aliás, seriam vitais na escrita, no ensino e na divulgação do conhecimento geográfico. Na verdade, o geógrafo americano defendia, até mesmo, que muitos tipos de pesquisas geográficas não podiam ser realizadas sem a liberdade de imaginar: sempre haverá escopo na geografia para imaginação (WRIGHT, 2014). De certa maneira, podemos dizer que Wright (2014) já nos apontava a necessidade de imaginar, o dever de sonhar em Geografia. Suas proposições reafirmam a potencialidade do uso de recursos imaginativos nos trabalhos geográficos.

Os apelos de Wright (2014) são sonoros e, ainda hoje, ecoam no seio da ciência geográfica. Contudo, esse movimento de contemplar a imaginação se dá

desde a chamada Geografia Clássica. Humboldt (2012), por exemplo, sugere a pertinência da ideia de uma mistura, de uma união da sensibilidade e da razão, da imaginação criadora e da intuição da razão. Ele enxergava o poder da imaginação humana na contemplação, observação e compreensão do mundo (COSGROVE, 2008; WULF, 2016). De fato, em seu entendimento, a capacidade de pensamento, de compreender racionalmente os fenômenos dialoga vividamente com o “se prender menos ao chão”, com a liberdade de imaginar e de transcender.

Com efeito, Humboldt (2012) já considerava, no século XIX, como prescrita a concepção em que “o conhecimento científico deve necessariamente esfriar o sentimento e extinguir a força criadora da imaginação.” (HUMBOLDT, 2012, p. 139). Neste sentido, o impulso ininterrupto de penetrar mais a fundo na compreensão dos fenômenos exige este laço misterioso, no qual não basta apenas um aspecto, mas exige sempre entrelaçamentos entre razão e imaginação. Mais uma vez o dever de sonhar se mostra imperioso.

Deste modo, a imaginação, com sua liberdade, está sempre a criar, a inventar, a conceber e estabelecer novas formas. É exatamente por isso que “não é possível fazer Geografia Humana sem imaginação. Esta tem sido sempre necessária.” (SORRE, 2003, p. 142). E imaginação, na concepção de Max Sorre (2003), se refere a capacidade e a pertinência de reatualizar e/ou criar os conceitos, as teorias e as metodologias. É um convite àquilo que, segundo Ratzel (2010) é próprio da ciência geográfica: a criatividade de gerar, a inventividade de ressignificar e de remanejar os conceitos. Daí a necessidade de pensar o sonho como um dever, como uma necessidade própria do geógrafo. Afinal, o conhecimento tem sempre um caráter inventivo. O ato de conhecer não se dá na repetição, mas no ato criativo (SERRES, 2001; BACHELARD, 1994).

A dinâmica própria de espontaneidade e de inventividade da imaginação nos lança numa geografia dos sonhos, numa geografia onírica (DARDEL, 2015). Afinal, “ter imaginação é ver o mundo na sua totalidade” (ELIADE, 1991, p. 16). Não se pode negligenciar a imaginação, pensando-a apenas como a louca da casa. Ao contrário, é preciso salientar que é uma capacidade inerente ao ser humano; que ela faz parte da condição de ser e estar no mundo e, por isso, é essencial na Geografia.

Nesse sentido, há uma falsa dicotomia entre ciência e imaginação. Esta última não pode ser concebida como um componente que não tem seu lugar na ciência, fazendo parte apenas do universo das Artes (HISSA, 2006). Do mesmo modo, a ciência, não pode ser perspectivada, exclusivamente, como fruto da racionalidade e, por conseguinte, estaria isenta da paixão, da subjetividade, da intuição e, sobretudo, da imaginação. Não se pode, assim, cair na visão dicotômica de que a imaginação não pertence ao mundo científico. Essa pretensão de resumir o campo científico ao caráter racionalista e meramente lógico restringe a própria ciência, advogam Hissa (2006) e Serres (2001). Afinal, o “cientista é um homem que pensa e não um homem ‘transformado em lógico’.” (HISSA, 2006, p. 150). O geógrafo, portanto, não transita somente no mundo da lógica; ele, caso queira realmente pensar, se movimenta por todos os universos.

Desse modo, no entendimento de Hissa (2006), a imaginação pode ter – e tem! – grande valia nas atividades de pesquisas dos geógrafos, pois desempenha inúmeras funções fundamentais. Uma delas é a reaproximação da Ciência e do Pensamento, pois a imaginação é a origem de ambas. Uma outra é a atuação da imaginação nos processos criativos, pois a ciência, como conhecimento que cria e interpreta, necessariamente combina, imagina. Por fim, Hissa (2006), tal como Bachelard (2006), chega à conclusão de que tanto os discursos da ciência como os outros diversos discursos que se desenvolvem na sociedade possuem racionalidade e imaginação convivendo lado a lado. Essa confluência é uma manifestação do diálogo necessário para a construção do conhecimento geográfico. Desse modo, a capacidade de imaginar se impõe. Torna-se vital o dever de sonhar em Geografia.

Tal dever de sonhar se manifesta numa Geografia perspectivada como ciência hermenêutica, com um quê de cosmológica e dialógica (BESSE, 2015). Nesta ciência, o Homem dialoga com o mundo. O mundo, efetivamente, fala ao ser humano através dos rios, das rochas, das florestas, das estrelas ao passo que o homem lhe responde, entre outras coisas, através de seus devaneios, de seus sonhos noturnos, de sua imaginação. De fato, é próprio da espécie humana a tentativa de explicar o mundo, construir cosmovisões, isto é, criar uma narrativa sobre/com o mundo, uma geografia. Mas não a noção de ser humano qualquer,

mas um homem inventivo por natureza, um ser que pensa, imagina, cria, sente: o *homo demens*. Daí a necessidade de

passar de um ser positivista e fechado a um ser que é potência poética, exigir uma mudança holística, complexa que está aberta ao inesperado, ao incerto da vida (NOGUERA & ARIAS, 2014, p. 20, tradução nossa)².

É preciso, então, compreender o ser humano holisticamente, integralmente: “Nunca se deve perder de vista a **profunda unidade** do homem, do homem inteiro [...]” (SORRE, 2003, p. 139). Negar este caráter unitário, integral do ser humano acarretaria numa espécie de fragmentação da própria ciência geográfica, negligenciando-a. Inclusive, Humboldt, no século XIX, já nos alertava que condenar o caráter imaginativo seria uma negação da dignidade da natureza humana e da importância das faculdades de que somos dotados (COSGROVE, 2008). O ser humano integral, com seu aspecto inventivo e imaginativo, deve ser levado em consideração para uma Geografia potente, viva, condizente com a realidade. Ademais, compreendido integralmente, o ser humano, o único ser a criar mitos e narrativas, é também o único a fazer Geografia e geografias. E faz Geografia e geografias porque é um ser a imaginar.

Efetivamente, é o exercício da imaginação geográfica que permitem aos geógrafos evocarem paisagens, fornecerem descrições das relações entre pessoas e lugares de maneira vívida (GREGORY, 1994). Croquis, filmes, literaturas, mapas, revistas, músicas, vídeos: todos esses são meios através dos quais a imaginação pode construir geografias. Nestes meios, por vias imaginativas, as geografias são (re)criadas, ressignificadas e acabam por moldar os sentidos de lugares ao redor de todo o mundo ou em determinadas regiões (GREGORY, 1994; CLAVAL, 2014).

Outro aspecto fulcral do dever de sonhar é elucidado por Prince (1961) e por Daniels (2011): via para romper as dicotomias da modernidade no seio da ciência geográfica, já aludidas por Gomes (2010). Prince (1961), de fato, relembra como se enveredar pelas sendas da imaginação é caminho frutífero para superar a dicotomia natureza/cultura. A imaginação não opera no campo

² pasar de un ser positivista y cerrado a un ser que es potencia poética, exige una mirada holística, compleja que este abierta a lo inesperado, a lo incierto de la vida. (Tradução livre do autor)

do abstrato, não é uma ilusão mental. Ela está relacionada ao âmbito objetivo do mundo. Os seres humanos (re)imaginam a partir de/em uma realidade palpável, concreta. Para Prince (1961), de fato, a imaginação era uma resposta clara às paisagens e aos lugares. Pelas vias imaginativas, a “natureza” era visitada pela cultura e vice-versa, num movimento empático. A imaginação, portanto, mistura a natureza e a cultura. Ainda que a ênfase de Prince (1961) tenha sido para o campo artístico, podemos espriar tal entendimento para outros campos, posto que o próprio autor sugere tal compreensão também para as “experiências diretas” com os lugares e as paisagens. Assim, como o bom geógrafo é um habitante de dois “mundos”, ele colherá bons frutos se assumir o dever de sonhar ao unir cultura e natureza.

É esta também a compreensão de Daniels (2011). Para este, é pelo caminho da imaginação que se pode produzir e compreender interpretações dos fenômenos geográficos, sejam aqueles relativos à “natureza” ou aqueles associados a práticas simbólicas e elementos discursivos. Isto acontece porque a imaginação funciona num *entre*, numa perspectiva que toca inúmeras realidades. A imaginação “trabalha” entre os domínios do factual e ficcional, entre a objetividade e a subjetividade (DANIELS, 2011). Isto acontece porque a imaginação não é mais vista somente como uma apresentação específica do espaço geográfico, uma imagem do mundo, mas auxilia a transformar o espaço a partir dessa imagem. Ademais, pelas vias imaginativas, o ser humano não é mais perspectivado como um sujeito apartado do mundo, separado do objeto; ele não está mais submetido a um subjetivismo, ao reino do opinável. Tampouco não estaria subordinado ao objetivismo, a uma epistemologia objetivista que se separa do mundo como um “espectador” totalmente autônomo. É nesse sentido, inclusive que Lowenthal (1982) compreende que a imaginação é vital na Geografia porque ajuda a pensar na intrínseca relação entre o “mundo exterior” e as imagens construídas pelos seres humanos.

A imaginação na Geografia sugere, portanto, uma ambivalência, um exercício do *entremeio*, posto que as geografias imaginativas contemplam, ao mesmo tempo, os aspectos subjetivo e objetivo do mundo (DANIELS, 2011). Tal articulação, nesse sentido, vai de encontro ao paradigma ocidental moderno que separou o sujeito do objeto.

Uma outra dimensão nos chama atenção e, indubitavelmente, faz parte do dever de sonhar em Geografia. Trata-se, pois, do imaginar o futuro, do (re)imaginar o amanhã. Neste aspecto, a imaginação nos afasta da pretensa realidade, que é, na verdade, uma forma condicionada de vermos o mundo (GREGORY, 1994), e despertar-nos das conduções automáticas. Tal movimento gera reflexão, auxilia no pensar o mundo, ser inquietados. A imaginação, de fato, intenta e reclama um futuro (BACHELARD, 2006). É um futuro reimaginado; é o imaginar e o dar novas formas ao mundo. É um ligeiro escape, um distanciamento que, concomitantemente, propõe refazer os contornos do mundo.

De fato, a proposta de gerar imagens a respeito do futuro, eminentemente projetiva, é uma ação especulativa que pertence propriamente ao âmbito do imaginário. O ato de projetar mundo é, essencialmente, poético (WUNENBURGER, 2007). A imaginação, então, cumpre essa necessidade de repensar a sociedade e suas práticas espaciais, compreendendo a realidade posta e projetando novas relações. Aliás, nossa atração pelo imaginário reside no desejo de compreender o mundo, pensar a realidade. Justamente por isso, a imaginação é interpretação do agora e projeção do que há de vir; é uma forma de pensar a condição do mundo conhecido e dos horizontes dos mundos possíveis (DANIELS, 2011; DESBOIS, GERVAIS-LAMBONY & MUSSET, 2016)

Assim sendo, o dever de sonhar em Geografia, neste aspecto, está em pensar como ressignificar os elementos do imaginário e suas relações possibilitam novas organizações espaciais, novos discursos sobre o fazer geográfico, novas maneiras de se relacionar com o espaço geográfico, novas propostas de gestão urbana e/ou ambiental. Não é justamente isso que, por exemplo, David Harvey fez em *Espaço de esperança* (2006)? Não é somente numa perspectiva geográfica que proponha sonhar o futuro que se incluirá a Utopia no mapa do mundo? De fato, a possibilidade de mudança socioespacial está numa geografia (re)imaginada (HARVEY, 2006).

É partir dessas considerações que, com Hawkins (2013), propomos abraçar, com efusão, todas as práticas e noções imaginativas no seio da ciência geográfica. Propomos, com Raffestin (1988) e Daniels (2011) que é possível e salutar uma concepção renovada da geografia científica, entrecortada pelo

imaginário, pela capacidade imaginativa. Vale a pena, pois, afirmar o poder da imaginação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maturar e iluminar a pergunta “Há espaço para a imaginação na ciência geográfica?” foi o intento desse trabalho. Poderíamos responde-la simples e diretamente com Milton Nascimento: É preciso ter sonho sempre! O papel da imaginação, para recuperar o termo de Wright (2014), é vital na Geografia. O dever de sonhar em Geografia nunca foi tão pertinente.

Aliás, a opção pelo *dever* de sonhar em Geografia pode soar como soberba, ambição desmedida ou até mesmo posição autoritária, mas, para nós, é coerência. O fazer geográfico *exige* componentes imaginativos. Não é de hoje que se reclama a pertinência do geógrafo como um sujeito maravilhado, aberto às artes e ao imaginário. Há um caleidoscópio de proposições nesse sentido. Elas são, certamente, inúmeras, mas são sempre necessárias. Fazemos eco a estas proposições e nos colocamos na mesma senda, na tentativa de enriquecer o debate que, como vimos, já tem não só décadas, mas centenas de anos.

Negamos a compreensão de imaginação associada à ilusão, as mentiras, ao absurdo. Optamos, na verdade, a associação dela com a invenção, a exploração, a criatividade e a curiosidade, fruto do espanto. Estas últimas associações, como já comentado, estão conectadas a uma forma de desejo, a uma inquietação, a um espírito de entender mundo e de produzir conhecimento geográfico. Nesta compreensão, o espanto ganha uma força pedagógica, no seu sentido mais original. É aquele ímpeto que faz caminhar, que carrega os geógrafos pelo braço, atravessando os mundos dos fenômenos geográficos e conduzindo-os aos exercícios de reflexão. Ele principia e retoma a observação, gerando descrições vividas e excitantes.

A Geografia, sobretudo aquela que se preocupa com a experiência humana na Terra, necessita assumir o dever de sonhar, pois a condição humana não é seccionada, mas, compreendida em sua inteireza, é ambígua, híbrida: céu e terra, vida e morte, *animus* e *anima*, razão e imaginação. Tudo está atado por um nó que, apesar da intenção de muitos, não se desata. Ao assumir este dever, a ciência geográfica estará preparada para compreender, de forma mais integral,

as vivências e os discursos humanos a respeito do espaço. Ela também saberá lidar melhor com as dicotomias propostas pela modernidade, propondo trabalhos que saibam considerar os exercícios do entremeio, as ambivalências do espaço e da experiência com ele. Assim, a Geografia dá mais um passo dentro de sua reconfiguração como ciência social, como uma ciência dentro das disciplinas das humanidades, que dá vazão ao humano sem ser antropocêntrica.

A imaginação, então, se coloca como parte integrante do futuro da Geografia, como um elemento fulcral do seu programa de atividade científica. Ela pode reconfigurar a escrita e os métodos geográficos. Renovar, sempre e cada vez mais, os contatos com as diversas linguagens artísticas. Propor horizontes novos e possibilidades de mundos diferentes ao serem associadas ao planejamento urbano ou a gestão ambiental.

A imaginação, de igual modo, responde aos apelos contemporâneos da ciência geográfica. Ela é pertinente a construções teórico-metodológicas relacionados às geografias participativas e públicas, às geografias não representacionais, às geografias criativas, às geografias performativas, à geografia híbrida – sem que essas propostas não se percam em discursos acrílicos. A imaginação, de fato, é um *dever* antigo que, aos poucos, vem sendo lembrado e colocado em prática – seja vigorosa ou timidamente. Com ela, inúmeras são as possibilidades. Cabe a nós, geógrafos, dar um novo fôlego à imaginação e fazer a Geografia cada vez mais poética.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Porto Alegre: Globo, 1969.

BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e Existência. IN: DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

COSGROVE, Denis. **Geography and Vision: seeing, imagining and representing the world**. London: I.B. Tauris, 2008.

COSTA, Otávio José Lemos. A imaginação geográfica e as representações dos lugares sagrados. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro n. 32, p.48-60, 2012.

CLAVAL, Paul. **A terra dos homens: a Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

CLAVAL, Paul. Mitos e imaginarios en geografia. IN: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. **Geografias de lo imaginario**. Barcelona: Antropos, 2012.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

DANIELS, Stephen. Geographical imagination. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 36, n. 2, 2011.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DESBOIS, Henri; GERVAIS-LAMBONY, Philippe; MUSSET, Alain, Géographie: la fiction “au coeur”, **Annales de géographie**, vol. 709-710, nº 3, 2016.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem do mundo e o fim das ilusões. In: Paulo Cesar da Costa Gomes; Iná Elias de Castro; Roberto Lobato Correa. (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 13-43, 1997.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GRATÃO, Lucia Helena Batista. direito de sonhar em geografia: projeção bachelardiana. **Rev. Abordagem gestalt**, vol.22, n.2, p. 148-155, 2016.

GREGORY, Derek. **Geographical Imaginations**. Cambridge (Massachusetts - USA); Oxford (UK): Blackweel Publishers, 1994.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HAWKINS, Harriet. **For Creative Geographies: Geography, Visual Arts and the Making of Worlds**, New York: Routledge, 2013.

HISSA, Cássio E. Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

HUMBOLDT, Alexander von. Considerações introdutórias sobre as diversas formas de apreciar a natureza e uma investigação científica de suas leis. **GEOgraphia**, Niterói v. 14, n. 27, 2012.

LA BLACHE, Paul Vidal de. O princípio da geografia geral. **GEOgraphia**, UFF. Ano III, n.6, Niterói, RJ, 2001.

LÉVY, Bertrand. Géographie et littérature: une synthèse historique, **Le Globe**, v. 146, p. 25-52, 2006.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica, 1960. IN: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NOGUERA, A. P.; ARIAS, D. A. B.. Geografias del habitar: un habitar geopoético en la era planetária. **Geograficidade**, v.1, n1, Inverno, 2014.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PRINCE, Hugh. The geographical imagination. **Landscape**, v.11, n. 1, p. 22-25, 1961.

RAFFESTIN, Claude. L'imagination géographique. **Géotopiques**, Genève, n. 1, p. 25-43, 1983.

RATZEL, Friedrich. Sobre a interpretação da natureza. **Geographia**, Niterói, v. 12, nº 23, 2010.

RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, nº 7, pp. 1-25, 1979.

RELPH, Edward. Geographical experiences and being-in-the-world: the phenomenological origins of geography. In: SEAMON, David and MUGERAUER, Robert (eds.) **Dwelling, place & environment: towards a phenomenology of person and world**. New York: Columbia University Press, 1985.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- SAFRANSKI, R. **Un maestro de Alemania**: Martin Heidegger y su tiempo. Fabula Tusquets Editores, España, 1997.
- SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n.5. p.9-20, 1988.
- SAUER, Carl O. A educação de um geógrafo. **Geographia**, Niterói, ano II, n.4, p.137-150, 2000.
- SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**: filosofia dos corpos misturados – I. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- SILVA, V. B. O método baconiano e o “Princípio da Geografia Geral” de Vidal de La Blache. **Revista Territorium Terram**, v. 3, n. 5, p. 88-94. 2015.
- SOJA, Edward W. **Postmetropolis**: Critical Studies of Cities and Regions. Oxford: Blackwell, 2000.
- SORRE, Max. A Geografia Humana (introdução). **Geographia**, Niterói, ano V, nº 10, 2003.
- TUAN, Yi-Fu. Topophilia or, sudden encounter with landscape. **Landscape**, v.11, n. 1, p. 29-32, 1961.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 2012.
- WRIGHT, Jonh K.. *Terrae Incognitae*: o lugar da imaginação na Geografia. **Geograficidade**, v.4, n.2, Inverno, 2014.
- WULF, Andrea. **A invenção da Natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Planeta, 2016.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O Imaginário**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- WYLIE, John. Cultural geographies of the future, or looking rosy and feeling blue. **Cultural geographies**, v. 17, n. 2, p. 211-217, 2010.

Recebido em 01 Março de 2021
Aceito em 16 de Abril de 2021